



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**REQUERIMENTO Nº                   , DE 2023.**  
**(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)**

Requer que seja autorizada pela Comissão de Educação a realização de “Seminário no Estado de São Paulo” para debater os resultados da Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeiro, ouvido o Plenário desta comissão, que seja autorizada a realização de “Seminário no Estado de São Paulo” para debater os resultados da Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio.

### JUSTIFICATIVA

Diante das controvérsias sobre a Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, que institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio.

Os dados foram coletados no período de 9 de março a 6 de julho, por meio da realização de 12 webinários com a participação de 42 especialistas; 4 audiências públicas com as entidades que compõem a coordenação da consulta pública (CNE, FNE, Foncede e Consed); 5 seminários com a participação de 16





pesquisadores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Encontro Nacional de Estudantes em Brasília, reunindo 180 estudantes do ensino médio de todos os estados do país; contribuições de 21 entidades que entregaram documentos com análises e proposições; Consulta online pela Plataforma Participa+Brasil, com 11.024 respondentes; e Consulta online (via Whatsapp) com 139.159 participantes.

O resultado dessa ampla consulta foi divulgado pelo Ministério da Educação no dia 7 de agosto, em coletiva de imprensa, através de um sumário com os principais resultados. O documento apresenta os principais aspectos da consulta pública, que foram divididos em 12 núcleos de resultados: carga horária; organização curricular; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); equidade educacional, direitos humanos e participação democrática dos estudantes; educação a distância (EaD); infraestrutura; educação profissional e tecnológica (EPT); formação e valorização dos professores; política de permanência; tempo integral; avaliação; e papel do MEC.

O Ministério da Educação está em processo de consolidação de todas as propostas para produzir uma versão final do relatório que será enviada para apreciação do Congresso Nacional. Nesse contexto, visando promover debate focalizado na capital e demais municípios paulistas, proponho a realização de Seminário para análise dos resultados e construção de sugestões.

Sala da Comissão, de agosto de 2023.

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**  
Deputada Federal - PSOL/SP

